



PLANO DE SALVAGUARDA

MATRIZES TRADICIONAIS DO FORRÓ

ESTRATÉGIA LOCAL DE ATUAÇÃO

IPHAN-SE

Prezados/as,

Antes de pontuar as demandas levantadas pelos/as detentores/as das Matrizes Tradicionais do Forró em Sergipe, gostaríamos de ressaltar alguns pontos. Desde as primeiras reuniões para discussão da elaboração do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró, técnicos/as de diversas superintendências frisaram as possíveis dificuldades na execução dessa demanda, advindas - não exclusivamente, mas principalmente - da falta de tempo e recurso. Desde o início a dificuldade em realizar reuniões de mobilização sem quaisquer aportes financeiros e num curto prazo foi externada, assim como o receio em relação à legitimidade deste processo, já que essas condições não possibilitariam a realização de uma mobilização mais ampla junto à comunidade detentora. Mais um ponto a ressaltar é o fato de que essas reuniões constituiriam o primeiro contato de muitas superintendências com os/as detentores/as, considerando que durante a pesquisa de instrução do registro a participação dos/as técnicos/as é muito reduzida - e, no caso específico deste Bem, muitas vezes inexistente, já que boa parte da pesquisa foi realizada à distância, em decorrência das restrições impostas pela pandemia de Covid-19.

Aqui conseguimos realizar três reuniões, cujos Relatórios constam no Processo nº 01504.000469/2022-54, que agruparam pouco mais de uma dezena de detentores/as, todos de Aracaju - ou seja, uma amostragem inexpressiva de um universo que, certamente, é muito mais complexo. Neste sentido, consideramos infactível, a partir desses primeiros contatos, a elaboração de

um diagnóstico do bem registrado. Nesses encontros conseguimos discutir algumas demandas, mas não podemos afirmar se são, de fato, representativas da comunidade forrozeira de Sergipe.

Os principais desafios mencionados foram: participação efetiva em fóruns e conselhos estadual e municipal de cultura, transmissão de saberes que garantam a continuidade do Bem, formação musical e artística, difusão e intercâmbio cultural com artistas de outros estados, falta de recursos públicos direcionados ao Forró, baixa remuneração dos artistas locais em eventos promovidos pelos governos estadual e municipal, que costumam priorizar, inclusive com cachês mais altos, artistas de fora.

Sobre as ações, foram discutidas a criação de um conselho deliberativo de forrozeiros/as, com assento nos conselhos de Cultura atuantes no Estado; a realização de oficinas de formação musical e artística - instrumentos, ritmos e dança -, a elaboração de legislação que garantisse a prioridade de artistas locais em grandes eventos promovidos pela gestão pública, a instituição de um calendário de eventos que promovesse o Forró ao longo do ano e não apenas nos festejos juninos, criação de um memorial em homenagem aos/as forrozeiros/as do Estado, maior representação do Forró em espaços voltados ao turismo (aeroporto, feira do turista, Mercado Municipal etc).

Dentre as demandas, a principal seria a gestão compartilhada do Gonzagão, que atualmente é gerido pela Fundação de Cultura e Arte Aperipê (Funcap/SE). O espaço, inaugurado em 1990, é um ponto tradicional durante os festejos juninos, mas que nos demais meses do ano não abriga outros eventos promovidos por forrozeiros/as. Em diversos momentos, foi discutido o uso indevido desse espaço, que deveria funcionar como um Centro de Referência do Forró, fazendo jus ao nome que leva. O espaço poderia abrigar oficinas, eventos, feiras, cursos, fóruns e shows realizados e voltados para forrozeiros e forrozeiras, com atividades durante todo o ano, que promovessem o Forró não só em junho, mas em todos os meses do ano. A gestão compartilhada deste equipamento cultural, com participação ativa da comunidade detentora do Forró, permitiria a realização de boa parte das ações de difusão, promoção e sustentabilidade do Bem.

Pelas demandas e ações discutidas, percebemos que os órgãos estaduais de cultura seriam os principais parceiros para execução das ações de salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró, como a criação de um Centro de Tradições Nordestinas no Gonzagão, que teria uma gestão compartilhada, com efetiva participação de detentores (consta no Processo 01504.000469/2022-54 a Carta da Associação dos Forrozeiros Sergipanos que apresenta as propostas para os usos deste espaço – documento nº SEI 4051874); e a valorização dos artistas locais a partir da priorização nas contratações para eventos promovidos pelas secretarias municipal e estadual.

Sobre a equipe de trabalho, participaram deste Diego Amarante Santos Passos, superintendente do Iphan em Sergipe, Cynara Ramos Silva, chefe da divisão técnica desta superintendência, Morena Freitas, técnica, e os/as detentores/as: Jailson Feitosa (presidente da Associação de Forrozeiros Sergipanos – ASFORSE), Marcos Franco Rodrigues, Marcos Elias Silva, Antônio Robson Barreto (ASFORSE), Paulo Corrêa Sobrinho, Givalda Marques, Tadeu Machado, Robson Silva Santos, Antônia Amorosa (representante local na articulação Fórum Forró de Raiz), Valter Nogueira, Josiete dos Santos, Professor Lula de Carmópolis, Erivaldo de Carira (ASFORSE), Mi Mi do Acordeon (ASFORSE), Gilson dos Santos (ASFORSE), Idilânia da Silva, Edigleide Santos (ASFORSE), José Carvalho Conceição (Sindmuse) e Alana Popp.



MINISTÉRIO DA
CULTURA

